

**ARTIGO** <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5622>

**UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA EM JABOATÃO DOS GUARARAPES E AS POSSÍVEIS MUDANÇAS DECORRENTES DO NOVO MAIS EDUCAÇÃO**

AN ANALYSIS OF THE PRACTICES OF THE MORE EDUCATION PROGRAM IN A SCHOOL IN JABOATÃO DOS GUARARAPES AND THE POSSIBLE CHANGES RESULTING FROM THE NEW MORE EDUCATION

UN ANÁLISIS DE LAS PRÁCTICAS DEL PROGRAMA MÁS EDUCACIÓN EN UNA ESCUELA EN JABOATÃO DOS GUARARAPES Y LOS POSIBLES CAMBIOS DERIVADOS DEL NUEVO MÁS EDUCACIÓN

*Cibele Maria Lima Rodrigues*

Fundação Joaquim Nabuco – Brasil

*Edinoan Padre da Silva*

Fundação Joaquim Nabuco – Brasil

*Maurício Antunes Tavares*

Fundação Joaquim Nabuco – Brasil

**Resumo:** O artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa acerca das aprendizagens no âmbito das práticas do Programa Mais Educação em uma escola em Jaboatão dos Guararapes-PE. Para tanto, foram feitas observações e entrevistas aos sujeitos na escola (equipe de gestão, professores, a coordenadora do programa na escola, monitores e alunos) e na secretaria municipal. O contexto político também é analisado, sucintamente, como elemento para compreensão dos discursos, como propõe Stephen Ball. Assim, o estudo articula a perspectiva política e seus efeitos no contexto da prática. Nas respostas, destacaram-se os discursos em torno do gosto pelos estudos, de acordo com Bernard Charlot. As atividades artísticas foram apontadas como fundamentais para esse processo, sobretudo no que tange à produção de textos. Para os entrevistados, houve melhora dos alunos tanto no relacionamento entre eles, dos alunos com os professores, como também no desempenho escolar.

**Palavras-chaves:** Programa mais educação. novo mais educação. aprendizagem.

**Abstract:** The article aims to present the results of a research about learning within the scope of the More Education Program practices in a school in Jaboatão dos Guararapes-PE. For this, observations and interviews were made with the subjects in the school (management team, teachers, the program coordinator at school, monitors and students) and in the municipal secretary. The political context is also briefly analyzed as an element for understanding discourses, as proposed by Stephen Ball. Thus,

the study articulates the political perspective and its effects in the context of practice. In the answers, the speeches around the taste for studies were highlighted, according to Bernard Charlot. The artistic activities were pointed as fundamental to this process, especially with regard to the production of texts. For the interviewees, there was an improvement of the students both in their relationship, the students with the teachers, as well as in the school performance.

**Keywords:** More Education Program, New More Education, Learning.

**Resumen:** Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar los resultados de una investigación sobre el aprendizaje dentro del alcance de las prácticas del Programa Más Educación en una escuela en Jaboatão dos Guararapes-PE. Para ello, se realizaron observaciones y entrevistas con los sujetos de la escuela (equipo directivo, docentes, coordinador del programa en la escuela, monitores y alumnos) y en la secretaria municipal. El contexto político también se analiza brevemente como un elemento para comprender los discursos, según lo propuesto por Stephen Ball. Así, el estudio articula la perspectiva política y sus efectos en el contexto de la práctica. En las respuestas, se resaltaron los discursos sobre el gusto por los estudios, según Bernard Charlot. Las actividades artísticas fueron señaladas como fundamentales para este proceso, especialmente con respecto a la producción de textos. Para los entrevistados, hubo una mejora de los estudiantes tanto en su relación, los estudiantes con los maestros, como en el rendimiento escolar.

**Palabras claves:** Programa más educación. nueva educación. el aprendizaje.

## Introdução

Embora muitos países tenham escolas com tempo integral, essa não é a regra geral. É possível encontrar muitas especificidades, como também, semelhanças em diferentes países. O tempo integral não é um consenso no Brasil e o conteúdo dessa ampliação de jornada é motivos de disputas que envolvem concepções de educação, com discursos que apontam como desculpa a falta de recursos (VELEDA, 2013).

No presente artigo vamos apresentar resultados de um estudo de caso realizado em uma escola do município de Jaboatão dos Guararapes, durante os anos de 2016 e 2017, sobre a aprendizagem dos alunos que participam do Programa Mais Educação. Nesse ínterim, o foco do estudo é a análise das aprendizagens dos alunos, no sentido utilizado por Charlot que está relacionado com os saberes. O referencial teórico perpassa pela análise de políticas, mas também os estudos de Bernard Charlot sobre as questões de aprendizagem. O conceito de aprendizagem é aqui entendido como aprendizagem em articulação com alguma forma de prazer. O prazer aqui referido não é oposto ao esforço, pois, não se pode aprender sem esforço. Charlot (2013) ratifica que o problema não é motivação e sim mobilização, o desejo de aprender.

Nesse sentido, nossa pesquisa trouxe resultados capazes de confrontar a concepção que está colocada no Programa Novo Mais Educação, criado em 2017. Antes, porém, vamos

apresentar uma breve análise dessas políticas, enquanto textos e discursos no sentido utilizado por Stephen Ball. Sendo assim, o presente artigo possui uma abordagem teórica que permite a análise de programas desde sua formulação até o contexto da prática e seus efeitos. No presente artigo se pretende dar ênfase a essas práticas, que, de alguma forma, estão vinculadas à existência do programa (RODRIGUES; VIANA; FIGUEIREDO, 2015). Para tanto, foi realizada uma análise da política como propõe Ball, desde sua formulação até o contexto da prática. Sendo assim, na escola foram realizadas entrevistas e observações das práticas do programa no segundo semestre de 2016. Dentre os entrevistados tivemos: 02 (duas) gestoras, 01 (uma) professora comunitária, 06 (seis) docentes, 02 (dois) monitores e 05 (cinco) discentes.

### **1. O Programa Mais Educação e a retomada dos diferentes saberes**

O surgimento do Programa Mais Educação está inserido em um contexto mais amplo de políticas de ampliação do tempo escolar. Na América Latina essas políticas tiveram início no final da década de 1990. Segundo Veleda (2013), o Chile, em 1997, criou o regime “Jornada Escolar Completa Diurna”. No ano seguinte, o Uruguai criou o programa Escolas de Tempo Completo. A Venezuela, em 1999, deu início aos programas “Simoncito” e as “Escolas Bolivarianas”. Em 2007, o México surgiu com o “Programa de Escolas de Tempo Completo”, e a Argentina, por sua vez, em 2011, criou uma Política Nacional de Ampliação para a Jornada Escolar em nível Primário (VELEDA, 2013). É bem verdade que a Argentina já tinha experiências de ampliação da jornada desde os anos 1950 (FELDFEBER, 2003, p. 17) e, nessa época o Brasil teve apenas uma Escola Parque concebidas por Anísio Teixeira.

Somente com a criação de Brasília foi criada a outra Escola-parque, nos anos 1960, sob o comando de Teixeira que tinha entre seus colegas, Darcy Ribeiro. Assim, explica-se o fato de Darcy ter criados os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro, no governo de Brizola. Essa proposta de inspirou a criação dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) e Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACs) nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco (anos 1990). Esses últimos não chegaram a se consolidar, tendo centrado a política na construção de prédios que acabaram por ser destinados a escolas com tempo parcial. Todas essas iniciativas foram isoladas e não representaram uma política mais ampla.

Essa ideia foi retomada ao longo do governo Lula, e se materializou no Programa Mais Educação, como proposta de ampliação de atividades no contraturno do ensino fundamental.

Seu surgimento está vinculado a um contexto mais amplo de lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. O PDE reuniu mais de 100 ações que iam desde a educação infantil até a pós-graduação, incluindo educação de jovens e adultos e técnica.

Embora tenha iniciado a partir de ações no contraturno, a equipe que assumiu sua gestão buscou retomar a ideia da educação integral. Essa ambiguidade está presente no primeiro documento orientador do Plano de Ações Articuladas (PAR), lançado em 2007. O modelo proposto sofreu influência do programa Escola Aberta sobretudo, no tocante ao uso da mão de obra “voluntária” dos monitores.

A partir de observação de experiências no contraturno e considerando as experiências de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a equipe do MEC construiu um desenho para o Programa Mais Educação, dentro das condições estabelecidas previamente pelo governo, que colocavam a utilização dos monitores voluntários. Oficialmente instituído pela portaria interministerial nº 17 de 2007, iniciou a implementação em 2008, em 1.380 escolas, em 55 municípios, nos 26 Estados e no Distrito Federal, atendendo a um total de 386 mil estudantes (MEC, 2014). Em sua origem tinha como princípio a intersetorialidade, essa já é uma diferença em relação ao Programa Novo Mais Educação, que mantém os monitores, mas não supõe intersetorialidade. Essa perspectiva da intersetorialidade estava dentro de uma das concepções do governo Lula de reunir esforços para redução das desigualdades.

Desde o princípio, estava suposto que a ampliação da jornada escolar, para os mais pobres influenciaria na melhoria da aprendizagem, como está nas diversas propostas de ampliação do tempo escolar em outros países da América Latina. A diferença é que o Programa estava ancorado em uma concepção que foi chamada de “integral”, por considerar todas as dimensões dos seres humanos. Por essa razão, oferecia um amplo leque de atividades e propunha que essas estivessem articuladas com o currículo escolar.

Embora o Programa fosse caracterizado como uma ação pontual, ou política focalizada, sua expansão, ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, fez com que ele se tornasse o centro de discussões que envolviam a ampliação do tempo escolar, sendo também alvo de críticas por manter o trabalho “voluntário”, que, na verdade era precarização do trabalho docente. Esse aspecto foi mantido no Novo Mais Educação.

Outro limite do Programa era estabelecer o número de 100 alunos por escola para atendimento e a frequência não era obrigatória. O que tornava difícil de mensurar quantitativamente resultados específicos gerados pelo Programa.

Por outro lado, a sua proposta também tem semelhanças com programas dessa mesma natureza que têm sido implementados em vários países da América Latina, como também, as experiências históricas existentes no Brasil. Essa ampliação não se pauta apenas no aumento das horas, mas em uma concepção de educação que tem por finalidade influenciar os processos de aprendizagem.

Ao longo dos anos, o Mais Educação foi sendo modificado (como consta no Decreto n. 7083/2010). E também foi ampliando sua capilaridade no território nacional chegando a atingir quase 60 mil escolas. Dessa forma, começou a funcionar como indutor de um discurso da ampliação da jornada com essa perspectiva mais ampla que sempre envolvia os campos das artes, esportes.

Em alguns casos, foi se caracterizando como indutor de outros programas nos municípios e estados, como é o caso do município estudado (Jaboatão dos Guararapes) que, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, em 2013 tinha sete escolas de tempo integral e ampliou para dez em 2016.

## **2. O Programa Mais Educação em Jaboatão dos Guararapes-PE**

É sabido que o contexto e os textos que envolvem as políticas públicas são diretamente influenciados pela cultura hegemônica. Assim sendo, a política educacional atual está relacionada a questão da qualidade da educação. Foi no governo de Luís Inácio Lula da Silva que nasceu o plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, decreto 6.094, em 2007. E nesse contexto, surge o discurso da educação de qualidade como direito, e para isso houve uma necessidade de se criar indicadores que pudessem medir a qualidade. Com isso, o discurso da defesa de igualdade de oportunidades se torna cada vez mais forte.

No governo Lula também houve a reformulação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O PDDE foi criado em 1995, que consistia na transferência de recursos para as escolas por meio do FNDE (Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação). Nessa reformulação podemos incluir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), assim como outras ações que envolvem a questão da “qualidade”, proporcionando a apresentação de recursos a serem destinados a projetos. Esses projetos precisam apresentar diagnósticos e metas, sendo estes possíveis de serem acompanhados por prestações de contas. Em 2009 Jaboatão dos Guararapes iniciou o PDE escola em 43 Escolas do município. Desse modo:

[...] A implantação do PDE e o gasto da verba pela escola é acompanhado pela secretaria de educação da cidade através de assessores, sendo cada um responsável por acompanhar entre 6 e 10 escolas com o objetivo de exigir a prestação de contas, e prestar assistência técnica e pedagógica. Em tese, esta assistência tem por objetivo orientar as escolas na escolha de materiais didáticos, tecnologias e mobiliário, para garantir que sejam adequadas às necessidades da escola e dos alunos. Com a mudança na gestão do município em 2009, apesar da continuidade da política, a equipe de acompanhamento das escolas mudou. No caso de Jaboaão com a saída do Secretário, ainda na gestão anterior iniciou a desestruturação do planejamento previamente desenvolvido. As pessoas que coordenavam o processo eram indicadas pelo então secretário e saíram junto com ele. Apenas uma pessoa da gestão anterior continuou (por ser concursada), sendo ela a detentora das informações relativas ao PDE. Estas descontinuidades dificultaram o acompanhamento das escolas pela secretaria de educação [...] (SOUZA, 2012)

É conveniente acrescentar que embora o PDDE não fosse eficiente para suprir a necessidade do município, ele ainda é de grande valia, pois contribui para diminuir as dificuldades existentes. Segundo as informações da Secretaria de Educação de Jaboaão dos Guararapes, a maior fragilidade do município é a infraestrutura das escolas. A gestão municipal, por sua vez, mesmo convivendo com várias dificuldades, dentre elas a sucessão de prefeitos com práticas patrimonialistas, graças à atuação do conselho municipal estão ocorrendo discussões que envolvem as questões de gestão democrática (RODRIGUES, 2010).

O Conselho Municipal de Educação (CME), criado desde 2000, foi consolidado por iniciativa civil e hoje é reconhecido pela secretaria municipal de educação e é chamado para participar sobre as tomadas de decisões. Em cada instituição escolar há uma unidade executora CISE (Conselho de Integração Sócio-Educacional). O CISE foi criado com a finalidade de decidir como devem ser gastos os recursos recebidos pelas escolas.

Como desafio, a secretaria apresenta: 1. A intersetorialidade entre o poder público, a escola e a comunidade; 2. A interdisciplinaridade entre os saberes escolares, os saberes comunitários e o currículo formal. Nas escolas de Jaboaão dos Guararapes onde ocorriam as atividades do Programa Mais Educação, essas atividades se resumiam a atividades artísticas, de letramento e esportiva.

Já em 2014, de acordo com a Secretaria de Educação de Jaboaão dos Guararapes, o Município apresentava um total de 114 escolas com atividades do Mais Educação, com um número de 24 mil alunos participantes num total de 43 atividades diferentes. As atividades estavam inseridas nos seguintes macrocampos: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura digital, Promoção da saúde e Educomunicação. Todavia, o discurso da secretaria de Educação de Jaboaão

contradiz o que a pesquisa de Souza (2012) apresenta, nesse contexto, o estudo afirmou que as atividades do Mais Educação no município se resume ao acompanhamento pedagógico, esporte e artes.

A Secretaria de Jaboatão dos Guararapes apresentou que os alunos participantes do programa permaneciam na escola por mais três horas de atividades pedagógicas (sem contar com o horário de almoço/banho e descanso quando oferecidos). Ainda segundo a Secretaria de Educação do município as atividades tinham um professor comunitário que provocava a articulação com o currículo da escola e com a comunidade. As práticas também podiam ser desenvolvidas por estudantes universitários ou agentes comunitários, contudo, deveriam sempre estar sob a coordenação do professor comunitário.

Segundo as informações repassadas em evento público, em 2016, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Mobilização Social (SEDEMS) informou que naquele ano o município tinha um total de 10 escolas de tempo integral. A secretaria apresentou que em relação a qualificação e avanços da Educação Integral em Jaboatão dos Guararapes tínhamos um total de 98,6% de aprovação, apresentando também um percentual de 0,65% de reprovação. Vale ressaltar o percentual de 0,75% de evasão escolar, tendo essas escolas conquistado melhoras nos resultados nas avaliações externas: IDEB e SAEPE.

Em se tratando da efetivação do princípio da educação integral e integrada em Jaboatão dos Guararapes, a SEDEMS (2016) apresentou que há possibilidades de superação do paralelismo turno e contraturno, como também a qualificação do processo educacional com oportunidades diversificadas. Segundo a SEDEMS (2016) há uma necessidade da promoção da participação da comunidade na escola e da escola na comunidade, de modo a valorizar a cultura como princípio educativo, assim como a transversalidades das políticas públicas (o estudante dentro de um fazer educativo integrado). E nesse sentido, firmar parcerias com empresas privadas e ONG's, e com isso desenvolve valores e atitudes.

### **3. Um breve diálogo sobre as relações de saberes que envolvem o processo de aprendizagem**

A função da escola primária até a década de 1950 estava voltada para a alfabetização, ensino elementar e a moralização do povo através da educação. Ao passo que quando um aluno apresentava um déficit na aprendizagem o fato era visto como um problema pedagógico. Mas, a partir da década de 1960, a expansão da industrialização capitalista em escala global levou à intensificação das pressões sociais por maior escolarização,

amplificando as demandas para que a escola absorvesse as massas até então excluídas do sistema e prolongasse o tempo de formação dessas, em atendimento às necessidades crescentes de especialização e participação no desenvolvimento social, segundo a lógica econômica e social vigente nos projetos desenvolvimentistas à época. Em muitos países a obrigatoriedade escolar foi prolongada com vistas a garantir o tempo de escolarização considerado como básico, ou mínimo (8 ou 9 anos) para formar o novo trabalhador e cidadão (CHARLOT,2013).

Apesar das muitas mudanças que ocorreram no sistema escolar, o que se pode perceber é a continuidade da forma escolar. Os alunos ainda são distribuídos de acordo com série/idade, tempo e espaço (CHARLOT, 2013). O Estado Educador que é defendido por Rousseau exclui interesses particulares do campo político educacional. A missão da escola republicana é educar para a cidadania, entretanto, muitas vezes rejeitando as especificidades que a rodeia. Os grupos sociais heterogêneos que adentraram à escola não foram chamados a participar das mudanças necessárias à instituição escolar para efetivamente esta formar as novas gerações de cidadãos e trabalhadores para uma sociedade que se pretendia participante dos valores liberais na política – democracia – e na economia – livre mercado. Foram incluídos como “beneficiários” da educação, mas sem participar ativamente na formulação, execução e controle das políticas educativas. Nesse sentido, concordamos com Charlot (2013) e Canário (2005) quando estes afirmam que o objetivo da burguesia progressista e modernista da época era moralizar o povo através da educação, sem a distribuição de poder que é intrínseca à participação das classes subalternas numa sociedade democrática. Esqueceram-se da máxima de Francis Bacon: “conhecimento é poder”, ou foi (e continua sendo) uma tentativa de transformar a educação em algo como “instrução”, “treinamento”, “capacitação”, esvaziando o que a educação teria de potencialmente transformador (?).

Ao analisar a educação hoje, podemos dizer que ela cumpre uma dupla função: firmar os vínculos políticos e manter os vínculos sociais, embora haja os conflitos de classe. Assim sendo, a educação:

[...] possibilita a existência do povo, entendido como um conjunto das pessoas que constituem o corpo de uma nação, e mantém sob controle o povo, no sentido de conjunto das pessoas pertencentes às classes pobres... educa para a cidadania e moraliza o povo pobre pela educação. (CHARLOT, 2013, p.270)

### **3.1.1 O Programa Mais Educação em uma escola em Jaboatão dos Guararapes: A escola e o contexto**

A escola onde se realizou a pesquisa está localizada no município de Jaboatão dos Guararapes-PE, município este dividido em sete regionais. Esses bairros são classificados como classe baixa e média baixa. O município aderiu em 2007 ao Compromisso todos pela educação, devido interesse nos recursos e elaborou o Plano de Ações Articuladas (PAR), composto pelo dirigente municipal da educação, técnicos da secretaria municipal da educação, representantes de diretores de escolas, assim como, de professores, técnico-administrativos, coordenadores, supervisores, conselho escolar e municipal de educação, além do sindicato. (RODRIGUES, 2010). Segundo as informações da Secretaria de Educação de Jaboatão dos Guararapes, a maior fragilidade do município é a infraestrutura das escolas. A gestão municipal, por sua vez, mesmo convivendo com várias dificuldades, dentre elas a sucessão de prefeitos com práticas patrimonialistas, graças à atuação do conselho municipal estão ocorrendo discussões que envolvem as questões de gestão democrática (RODRIGUES, 2010).

A escola anteriormente era da esfera estadual e em 2013 se municipalizou e aderiu ao Programa Mais Educação em 2014. Segundo uma das gestoras, a escola abarca o ensino fundamental do 5º ao 9º ano e possui um total um pouco a cima de 370 alunos, porém, frequentando um total de trezentos e quarenta e oito alunos, tendo 100 alunos participando das práticas no Mais Educação.

Em conformidade com o discurso das gestoras o Programa Mais Educação nessa escola tinha as seguintes atividades: acompanhamento pedagógico, dança e atividades esportivas. Os alunos para participarem necessitavam que os pais entrassem em contato com a escola e autorizassem a presença dos alunos nas práticas do Programa. Ainda, segundo uma das gestoras, assim como, em visita à escola, foi possível afirmar que a escola realizava as atividades do Mais Educação da melhor maneira possível, utilizando ao máximo a estrutura física e materiais, sendo esses bastante limitados.

### **3.2 O Processo de aprendizagem dos alunos participantes do Programa Mais Educação sob a ótica dos alunos, professora comunitária, monitores, professores e da gestão**

No mundo atual o discurso que encontramos sobre educação é de uma escola de “qualidade”.

Entretanto, somente aprende quem encontrar alguma forma de aprender. Todavia, não se trata de colocar em oposição o prazer e o esforço, pois, não se pode educar sem exigências, de modo que não se aprende sem esforços. De acordo com o pensamento de Charlot (2013), a questão do saber continua a ser a questão central na escola: há professores tentando ensinar coisas e alunos tentando adquirir saberes. Há alunos que têm o hábito de estudar, alunos que têm vontade de estudar e fazem do estudo uma “conquista cotidiana” e outros alunos, talvez a maioria, que estudam para ter um bom emprego mais tarde. Porém, o trabalho de aprender envolve mudanças: mudar visões de mundo e modos de viver a vida. Jovens de meios populares tem dificuldade para lidar com essas questões e implicações psíquicas, das mudanças que o aprender envolve. Na perspectiva psicanalítica, o que vem primeiro é o desejo, e o desejo não é dissociado das origens e das trajetórias das pessoas e de seus grupos sociais. Então, continua o autor (Ibid.), não há desejo se este não estiver presente como relação com o saber; não se pode pensar o saber (ou o “aprender”) sem pensar o tipo de relação que se supõe para construir ou alcançar esse saber. A relação com o saber é a relação com o mundo, da pessoa com a outra e consigo mesma, de uma pessoa confrontada com a necessidade de aprender na relação com a linguagem, com o tempo, com a atividade que faz no mundo. É preciso levar em conta as pessoas em seus contextos reais, que vivem em grupos sociais heterogêneos, não redutíveis às caracterizações demográficas e estatísticas sociais.

Segundo Charlot (2013), há heterogeneidade das formas de aprender e essa ideia nos permite bater de frente com a ideia de que existem carências nos alunos dos meios populares. Nesse sentido, podemos afirmar que eles possuem uma outra forma de se relacionar com o mundo e uma outra forma de entrar num processo de aprender.

Os discursos dos discentes têm uma similaridade com a ideia de Charlot (2013) que ratifica a intrínseca ligação do aprender com o prazer. Nesse sentido:

Aluno 1: “**Gosto muito de vim para a escola...** pelos amigos, gestoras, professores e também pelas atividades...”

Aluna 2: “ Eu tenho amigos, gosto de estudar... de aprender mais...”

Aluna 3: “... é... porque é bom, a gente aprende várias coisas...”

Os alunos entrevistados possuíam tempo de participação entre um ano a três anos nas atividades do Mais Educação. E, de forma unânime, afirmaram ter melhorado em algumas disciplinas. Assim sendo, nas falas dos discentes foi apresentado que houve um melhor desempenho nas disciplinas, com ênfase em português e matemática (embora não houvesse atividade de matemática no horário estendido). O que se poderia inferir é que essa participação nas atividades incentivava os discentes a estudarem todas as disciplinas.

Os discursos dos alunos dialogavam com os Cadernos CENPEC (2006) que nos apresentam que o sujeito deve ser percebido como um ser multidimensional, e que devemos dar importância também ao sujeito enquanto ser de relações. De acordo com o caderno *Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada* (SEB/MEC, 2011), e com base no ideal de uma educação integral, a escola necessita de um projeto educativo em conjunto com a comunidade escolar, estudantes, pais, professores, membros da comunidade que a escola está inserida, como também a gestão escolar.

Com relação aos discursos dos discentes foi possível enxergar uma similaridade com a ideia de Charlot (2013) que ratifica a intrínseca ligação do aprender com prazer. Segundo Charlot (2013), para que haja aprendizagem ela necessita ser desejada e que somente assim se concretiza uma atividade intelectual. Desse modo, como vimos nas falas de alguns discentes entrevistados, foi possível perceber o direcionamento de suas aprendizagens ao seu desempenho escolar, suas notas. Conforme Charlot (2013), não há aprendizagem sem atividade intelectual, e para que haja essa atividade se faz necessária a busca do saber como sentido, assim como a sua relação com o prazer.

Aluno 1: “Minhas notas estão acima da média. Tive uma melhora em matemática, em português e em ciências... eu sempre procuro melhorar...”

Aluna 2: “Eu tenho melhorado em matemática, história, ... eu tenho me esforçado mais...”

Aluna 3: “Eu estou indo bem na escola e procuro sempre melhorar. ”

Um ponto interessante que os alunos apresentaram foi o mesmo verbo (melhorar) e eles não estavam juntos no momento das entrevistas. A aluna 2 trouxe uma ideia que remete as ideias que Charlot (2013) faz menção, quando apresenta que o aprender também provém de esforço por parte do discente.

Um outro ponto a ser observado é a questão da linguagem produzida no mundo, como aponta Orlandi (2001). Os alunos ao demonstrar uma preocupação em obter sucesso pessoal e profissional, apresentam um discurso já exposto na sociedade atual. A lógica desse discurso é semelhante ao discurso ideológico no capitalismo, e é nessa lógica que o sucesso depende do esforço pessoal. O sentido de “esforço” e “procuro melhorar...”, remete ao empenho em obter sucesso, ou melhor posição social. Na visão capitalista os valores sociais são bastantes comercializados, assim sendo, para se ter uma boa renda as pessoas são influenciadas a competir muito mais pela questão econômica do que pelo prestígio (DAVIS,K; MOORE,W. E, 1997).

Por meio das falas foram identificadas as características subjetivas, de forma a tentar compreender os efeitos dessas atividades do horário estendido para esses alunos. O Mais

Educação tinha uma proposta caracterizada por ideais de educação integral, com o intuito de fazer os muros das escolas serem menores e que os discentes pudessem enxergar a cultura, a cidade, e a comunidade como parte integrante de sua aprendizagem (MEC/ SECAD, 2011).

Nesse sentido, os alunos apresentaram:

Aluno 1: “O Programa Mais Educação me ajudou a melhorar no comportamento e em matemática.”

Aluna 2: “ O Mais educação ajudou na disciplina de português, a escrever melhor. ”

Aluna 3: “ O Programa me ajudou a escrever melhor e a dançar. ”

Essa percepção é corroborada, em certo sentido, pela professora Comunitária. Ela elencou vários benefícios provenientes do Programa Mais Educação, embora a professora não especifique quais eram as melhoras. Segundo ela:

[...]Avalio (o Mais Educação) de forma positiva... até agora o que trouxe foi benefícios tanto para a escola como para os alunos... sinto-me maravilhada ...é uma coisa que a gente tem prazer de fazer, por que a gente vê os resultados... que realmente chegou ao objetivo que é uma possibilidade de uma melhoria da aprendizagem do aluno. (PROFESSORA COMUNITÁRIA, 2016)

A professora comunitária afirma também que a ligação escola e família interfere na aprendizagem do aluno.

De acordo com algumas perspectivas sociológicas funcionalistas, existem correlações estatísticas entre a origem familiar e escolar da criança, especialmente o nível de escolaridade do pai e da mãe, com o grau de sucesso ou de fracasso escolar. Segundo Charlot (Ibid.) tais perspectivas têm premissas deterministas porque não levam em conta as pessoas reais, pois, na escolarização, afirma, a escolarização dos pais não é fator determinante do sucesso ou fracasso escolar dos filhos, pois seus efeitos são indiretos, não determinantes da história do sujeito. Ainda que para compreender o que ocorre na escola e quais as relações da criança com o saber e o aprender, é preciso levar em conta sua posição social, o fato é que o aprender é um ato motivado pelo desejo de saber, e tem como um de seus efeitos a mudança do ser. “Aprender é trair?”, afirma o autor, consciente ou inconscientemente, aprender é trair os pais e os amigos que não aprenderam, então aprender é mudar. E muitas vezes, por não querer trair os amigos de infância e a comunidade, alguns alunos escolhem o fracasso escolar (consciente ou inconscientemente).

Para que o aluno se aproprie do saber, para que construa competências cognitivas, é preciso que estude, que se engaje numa atividade intelectual e se mobilize intelectualmente. Para que ele se mobilize, duas condições são necessárias: primeiro, que a situação de

aprendizagem tenha sentido, que possa responder a um desejo e produzir prazer, e, segundo, que seja induzido a desenvolver atividades intelectualmente desafiadoras. Aprender não é apenas adquirir saberes no sentido escolar e intelectual, mas se apropriar de práticas, confrontando-se com a questão do sentido da vida, do mundo e de si mesmo. Por isto o movimento para aprender é induzido pelo desejo, nasce da incompletude do homem; e é um movimento cíclico, em que educar é educar-se a si mesmo, sendo educado por outros homens, e os educando, simultaneamente. Portanto, não há saber (de aprender) senão na relação com o saber (com o aprender).

Ainda com base no discurso da professora comunitária, que aponta a relação escola e família como um instrumento importante para a melhoria da aprendizagem, é possível dialogar esse ponto de vista com Lahire (1997) e Charlot (2013) sobre a importância da interação da escola com o meio familiar para que haja uma melhoria na aprendizagem. Assim sendo, a Professora Comunitária informa uma mudança dos alunos:

[...] Mudança na leitura, na escrita...e até mesmo no comportamento eles melhoraram bastante...digamos 20 dos alunos participantes do Programa, que oficialmente possui o número de cem alunos inscritos ... lógico que o acompanhamento dos pais no social e na aprendizagem deles contribuem [...] (PROFESSORA COMUNITÁRIA, 2016)

Entretanto, apesar da fala da professora comunitária afirmar que o foco principal do programa na escola era a leitura (acompanhamento pedagógico), nas várias idas à escola percebeu-se uma ênfase nas oficinas de artes/dança primeiramente e segundo em futebol. Nesse sentido, a lógica expressa, que dá prioridade à língua portuguesa, desconsidera a ideia de educação integral, que considera os saberes diferenciados, expressos também na ideia de Charlot (2013) sobre os diferentes saberes.

No entanto, foi observado que esse aprendizado estava vinculado às atividades de artes o que coaduna com a ideia de Charlot sobre as várias possibilidades de se despertar o desejo por aprender. Nas aulas de danças também foi possível observar atividades de interpretações de textos. O monitor responsável percebia que os alunos melhoraram principalmente no comportamento. Segundo ele:

[...] A dança (a atividade) não é só dançar, é principalmente uma atividade que envolve educação... com isso o comportamento em sala de aula melhorou mais ou menos 50%... as atividades contribuem tanto na escola e na comunidade para que sejam pessoas melhores...e **nós procuramos incentivar para que esses alunos se sintam mobilizados em vim e estar na escola** [...] (MÔNITOR DE DANÇA, 2016)

Essa opinião também era compartilhada pelo monitor de futebol que também identificou mudanças nas notas em várias disciplinas, mas, nesse caso um vínculo entre relações, as “notas” e o esporte.

[...] Houve uma melhora grande... um espírito de igualdade, de participação nas atividades... eles gostam de participar... eles tiram boas notas, melhoraram no comportamento, aprenderam a respeitar uns aos outros, a respeitar os professores...eu acho que a escola melhorou muito, não só na minha modalidade, mas nas disciplinas[...] (MONITOR DE DANÇA, 2016)

Na entrevista com esse monitor também encontramos as atividades para o combate à violência, assim como ao discurso de que a aprendizagem está diretamente ligada ao sentido de boas notas. Esse discurso supõe um contexto de violência entre alunos e destes com professores. Nesse sentido, percebeu-se uma ênfase no discurso da cultura de paz, discurso muito difundido pela Unesco e também no Programa Mais Educação. Essa dimensão também está atrelada a uma análise de que há violência no território onde a escola está inserida, sobretudo tráfico de drogas, como na maioria das grandes cidades brasileiras. Logo abaixo temos a fala do Monitor de futebol retratando sobre como a questão da violência na escola começou a ser trabalhada pela gestão.

[...] Como colégio Municipal/ Estadual ... ao redor da escola fica aqueles garotos e adultos na porta do colégio vendendo drogas ... aqui era meio complicado ... (atualmente) as gestoras são muito rígidas ... os meninos têm hora de chegar ... a escola melhorou ... não fica mais ninguém pulando o muro da escola ... elas (as gestoras) chamam a polícia...[...]. (MONITOR DE ESPORTES E LAZER, 2016)

O monitor de arte/dança, assim como a professora comunitária confirmam essa perspectiva ao relatarem que o tema de direitos humanos estava inserido nas atividades, tendo subtemas como: paz, discriminação racial. Esses eram trabalhados em letras de músicas, por exemplo. Mas também havia os cartazes tanto da coordenação como também os produzidos pelos alunos.

Figura 1- Cartaz Confeccionado pela gestão da escola



Fonte: Dados da Autora (2016)

Figura 2- Cartaz confeccionado por alunos



Fonte: Dados da Autora (2016)

Embora as críticas apontem que o trabalho dos monitores é precarização, um deles desenvolve como algo prazeroso e não questiona as condições materiais de trabalho. Ele ainda afirmou que o Programa Mais Educação atraiu mais alunos, sobretudo por interesse dos pais que os filhos participassem das atividades no contraturno, como uma oportunidade de aprendizagem. Na visão dele, anteriormente, os pais não queriam matricular seus filhos nessa escola devido às questões de violência e drogas.

[...] O Programa Mais Educação contribui muito, tem aula de dança, de letramento, de futebol ... aí os alunos (dizem) ... pai... mãe ... eu quero estudar lá! ... isso aqui (atividades do horário estendido) é um complemento ... completa o dia deles ... revisa o que o professor falou em sala [...]  
(MONITOR DE FUTEBOL, 2016)

A fala do professor dialoga com um dos objetivos do programa que é a diminuição da vulnerabilidade social, explicitada no caderno Passo a Passo, assim como no Texto referência para a educação integral. Entretanto, ele também explanou o descontentamento porque havia poucos participantes nas atividades do programa. Segundo ele, alguns alunos sentem vontade de participar, todavia, moram muito longe da escola e dependem do ônibus escolar, que possui horário restrito ao horário das atividades do currículo formal. Desse modo, havia uma falta de articulação com a política municipal já que o horário, segundo a gestora, era imposto pela secretaria municipal. Assim, não se estabelecia um diálogo entre esses sujeitos. A gestão da escola teria o papel articulador e pode interagir com as famílias e a comunidade para criar possibilidades para o funcionamento do programa e para o crescimento dos discentes numa perspectiva integral. As gestoras da escola informaram que as reuniões com as famílias acontecem bimestralmente.

As gestoras da escola ratificaram que Programa Mais Educação contribuía na aprendizagem dos alunos, todavia, poderia contribuir muito mais se houvesse um melhor financiamento e articulação da política com a secretaria. Elas apresentaram que se houvessem materiais disponíveis e verba para contratar mais monitores, poderiam diminuir não somente a

evasão escolar, como também a vulnerabilidade social, sendo esse último um dos maiores problemas que os alunos enfrentam ao redor da escola, e sem falar que conquistariam um melhor desempenho na aprendizagem.

De fato, constata-se que o programa por ser pontual possuía diversas limitações. As gestoras apresentaram suas experiências com a vivência do programa no ambiente escolar. Uma delas destacou sobre a questão da verba:

“A verba de 2014 está sendo utilizada até agora (2016). Ou seja, trabalhamos de forma precária em relação a material”. (GESTORA 2, 2016)

Os professores do ensino regular deram destaque ao comportamento, contudo, sempre demonstrando que as influências das atividades ainda não chegam a mobilizar todos os alunos. Desse modo, a professora de ciências enfatiza que:

“Alguns melhoraram na desenvoltura, nas atividades (em sala de aula) melhoraram bastante ... agora existem outros que não ...” (PROFESSORA DE CIÊNCIAS, 2016)

Ainda segundo essa professora, com a adesão do programa na escola, alguns docentes analisavam o programa como um instrumento negativo. De acordo com a professora:

“...nós pensávamos que iria tumultuar ... mas o Mais Educação fica no pátio... a gente vê que os alunos gostam bastante...” (PROFESSORA DE CIÊNCIAS, 2016)

Na fala da professora de ciências foi possível extrair a ideia que os professores tinham do programa. Ideia essa que as disciplinas curriculares não poderiam ser interligadas às atividades do programa. Esse é um discurso que está contrário ao ideal que tanto o programa como a educação integral defendem.

Segundo Charlot (2013) é dever do professor ensinar de forma que ao mesmo tempo em que ele mobiliza os alunos a realizar as atividades, com a finalidade de construir saberes, ele também tem a função de transmitir a esses alunos um patrimônio de saberes sistematizados. Ao passo de criar possibilidades de interações dos saberes do modo harmoniosos, criativo, todavia, o que não se pode esquecer é a importância de entender que a aprendizagem nasce do questionamento.

A professora de artes afirmou que:

[...] Na minha disciplina eu vejo muita melhora... as atividades do programa contribuem muito para a minha disciplina... tem coisas que poderíamos fazer em sala, mas não dá tempo e eles fazem no Mais Educação... o programa contribui muito, o comportamento melhorou[...] (PROFESSORA DE ARTES, 2016)

O professor de educação física apresentou que não tem notado muita modificação no processo de aprendizagem, nesse sentido, explicou que:

[...] O programa é uma ferramenta bastante válida para o crescimento do conhecimento... a minha crítica aos programas dentro das escolas, é quando vejo essas políticas de programas ... como **um fazer estatístico do poder público** ... está colocando coisas demais, sem avaliar como se dará ... sem planejar ... para mim como se dará é mais importante do que implantar... tem que haver estrutura, um planejamento ... enche as escolas de programas e não dá estrutura ... é **melhor fazer menos e fazer com qualidade ...**” (GRIFOS MEUS).

Ao analisarmos esse tipo de crítica, observamos que ela é muito comum ao Mais Educação, ideia essa que envolve críticos de várias áreas com relação à ideologia do poder público. Na obra Educação integral no Brasil hoje (SILVA, J.A.A.; SILVA, K.N.P) é explanada uma crítica sobre as fragilidades e fragmentações das políticas públicas, em especial, em relação à educação. De acordo com esse estudo, o Mais Educação apresentava um esforço para que a política de educação integral pudesse se tornar uma política pública. Ainda segundo essa lógica, o Programa Mais Educação surgiu no contexto caracterizado pela defesa da ampliação da jornada escolar, de modo que ao deixar os filhos de populações carentes mais tempo na escola estaria criando possibilidade de “mais educação”.

O Mais Educação é apenas um epifenômeno de um problema apontado por Saviani (1983) ao analisar que, historicamente, é possível perceber que o estado brasileiro vem sempre se preocupando com a contenção e disciplinamento da pobreza. Essa ação do Estado é vista como um tipo de concepção presente nas políticas públicas educacionais, a qual Saviani identificou como “educação compensatória”. Nesse sentido, durante a pesquisa percebemos também que além dos pontos citados acima, a infraestrutura escolar era citada como um dos desafios a ser superado. Todavia, a professora de artes ratificou que embora funcionasse de modo meio improvisado, essas atividades contribuíam para a diminuição da vulnerabilidade social dessas crianças/ jovens. Analisando o discurso, como também com a convivência durante as visitas à escola, foi possível perceber, além dos outros pontos já apresentados, que a precariedade do financiamento trazia como consequência a não possibilidade de contratação de mais monitores, assim como a falta de materiais para que as atividades do horário estendido funcionassem com mais qualidade.

Foi possível perceber que os alunos que participavam tinham uma avaliação positiva, os monitores, a professora comunitária e as gestoras também. A questão do comportamento, da sociabilidade, se sobressai porque as atividades propõem uma interação diferente da escola

tradicional centrada em conteúdos e disciplina (PARO, 2015). A mediação feita pelas atividades de artes e esportes despertava o gosto pelos estudos. Elas mobilizavam os alunos, no sentido usado por Charlot (2013). Esse era o aspecto mais positivo que havia no Programa Mais Educação. No entanto, o Novo programa que se instituiu com o governo golpista inverte essa lógica priorizando Português e Matemática.

#### **4. O Novo Mais Educação e o retrocesso**

Se o Programa Mais Educação tinha problemas o “Novo” consegue não considerar o que a nossa pesquisa identificou como positivo que é a possibilidade de novas aprendizagens a partir das aulas de artes e esportes. O Programa Novo mais Educação (criado pela portaria nº 1.144/2016/MEC) tem como foco melhorar a aprendizagem especificamente em língua portuguesa e em matemática no ensino fundamental, por meio da jornada ampliada (MEC, 2016). Segundo o documento orientador do programa Novo Mais Educação (2016), versão I, criado pela Secretaria de Educação Básica –MEC o Programa tem como objetivo melhorar o IDEB:

O fato de o Brasil não ter alcançado a meta estabelecida pelo IDEB e o desafio de buscarmos atingir as metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação –PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que determinam a ampliação da oferta de educação em tempo integral e a melhoria da qualidade do fluxo escolar e da aprendizagem das escolas públicas, levou este ministério a instituir o programa. (MEC, 2016, p. 3)

Assim sendo, o Novo Mais Educação tem o intuito de ampliar a jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação do horário escolar com um acréscimo de cinco ou quinze horas semanais, implementado através do acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2016). As escolas podem optar por realizar cinco horas de atividades semanais e, nesse caso, somente em língua portuguesa e matemática. A outra opção é de 15 horas semanais realizando atividades de Língua Portuguesa e de Matemática, com 4 (quatro) horas de duração cada uma, e outras 3 (três) atividades de escolha da escola dentre aquelas disponibilizadas no Sistema PDDE Interativo, a serem realizadas nas 7 (sete) horas restantes. Em ambos os casos, o número de estudantes é de no mínimo 25 (vinte e cinco) e no máximo o equivalente ao número de matrículas entre o 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular registrado no Censo Escolar do ano de 2016. Nesse caso, o Novo Mais Educação em comparação com o programa anterior, descaracteriza a valorização dos diferentes saberes,

definindo como prioridade as disciplinas de português e matemática, contrariando os resultados da nossa pesquisa.

No Novo Programa existe um aspecto positivo que é a inscrição dos nomes dos alunos para realizar um monitoramento de sua participação. Por outro lado, o monitoramento é compreendido apenas como resultados de avaliações de português e matemática não possuindo uma avaliação mais global das condições de oferta e do desenvolvimento dos sujeitos em sua integralidade. Essas avaliações são realizadas pela CAED, da UFJF, grupo do qual faz parte o ex-secretário de Educação Básica, Manuel Palácios.

O Novo Programa mantém o formato de se inserir no PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) do FNDE que transfere os recursos para as escolas (suas unidades executoras) por meio de articulação institucional e cooperações com as secretarias estaduais, distrital e municipal de educação. Também prevê integração do programa à política educacional de rede, assim como ao projeto político pedagógico da escola, sobretudo por meio de aulas de reforço. Mantém o foco nos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, como também escolas com piores indicadores educacionais, além da articulação de metas entre o MEC, os entes federados e as escolas que implementaram essa política, fazem parte das diretrizes do novo programa.

A proposta pedagógica no Novo Mais Educação recai no que determina a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no que se refere ao domínio pleno da escrita, da leitura e do cálculo. De acordo com a portaria nº 1.144/2016, o programa visa contribuir principalmente com alunos que tenham mais dificuldades na aprendizagem e escolas com baixos indicadores educacionais. Nesse sentido, com intuito de melhorar a aprendizagem dos alunos em português e matemática, o Novo Mais Educação oferta o acompanhamento pedagógico no ensino fundamental (reforço de língua portuguesa e matemática) com um complemento da carga horária de 5 (cinco) ou 15 (quinze) horas semanais, sendo essas atividades realizadas tanto no horário regular, como no horário estendido. O programa será implementado nas escolas públicas de ensino fundamental por meio de articulação institucional e cooperação com as secretarias municipal, estadual e distrital de educação, com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC, 2016).

Os diferentes saberes, tão valorizados pelo programa anterior, entram na proposta pedagógica do novo programa simplesmente como um apoio para a melhoria da aprendizagem dos alunos e, dependendo do caso, dispensáveis. São as atividades de arte, esporte, cultura e lazer. Além dos objetivos já apresentados também faz parte da proposta do

novo programa contribuir com a diminuição do abandono, da reprovação e da distorção idade ano, assim como ampliar a permanência dos alunos no ambiente escolar (MEC,2016)

Conforme publicado em diário oficial, o Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, considera no capítulo I, que trata dos Objetivos, em seu art. 2, observamos que:

[...] O programa tem por finalidade contribuir para a: I- alfabetização, ampliação do letramento, melhoria do desempenho em língua portuguesa e em matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; II- Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; III- melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino nos anos iniciais e finais e; IV- ampliação do período de permanência dos alunos na escola. (DIÁRIO OFICIAL, 2016, p. 23)

Dentre as mudanças ocorridas no programa, a melhoria de língua portuguesa e matemática é bastante enfatizada, temos uma proposta de educação centralizadora, ao passo que prioriza as disciplinas do currículo formal. É certo que com relação às diretrizes do programa, ainda permanece a finalidade de priorizar as crianças, adolescentes e jovens do ensino fundamental, os quais vivem em maior risco e vulnerabilidade social, assim como as escolas com menores índices educacionais.

De acordo com o MEC, o programa tem a participação dos seguintes atores: coordenador, articulador da escola, mediador da aprendizagem, facilitador. No que se refere ao coordenador, esse será indicado pela Secretaria (municipal, estadual ou distrital de educação), e fica sob sua responsabilidade a implantação do programa e seu monitoramento.

É sabido que durante o período do Mais Educação, apesar das inúmeras limitações que o programa enfrentava, ele também promoveu mudanças positivas na aprendizagem dos discentes, mobilizando-os na busca dos diferentes saberes. A proposta pedagógica do Mais Educação tinha como base o ideal da educação integral. Essa lógica compreende o ser humano como sujeito de direitos e com múltiplas dimensões a serem exploradas no processo de ensino-aprendizagem. Ao partir desse princípio, o Mais Educação buscou a inserção da educação integral, como também a ampliação de tempos, espaços e atores envolvidos em prol da melhoria da qualidade da educação, incluindo a necessidade de superar o processo de escolarização, o qual está centrado na figura da escola.

O ideal da educação integral dialoga com a perspectiva de uma visão de sociedade republicana e democrática, que visa o direito de aprender inerente ao indivíduo assim como o direito à vida, à saúde, à dignidade, à convivência familiar e comunitária. O programa tinha como prioridade atender as escolas de baixo IDEB, que estão marcadas por grande número de

pessoas em risco de vulnerabilidade social e que necessitam da inserção de políticas públicas e educacional.

As atividades do programa anterior estavam organizadas em dez macrocampos: acompanhamento pedagógico, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Direitos Humanos em Educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, educomunicação, investigação no Campo das Ciências e da Natureza, e Educação Econômica.

O Texto Referência para o debate nacional, mais precisamente no subcapítulo “A instituição escolar: saberes, currículo e aprendizagem” apresenta a escola como um espaço social, onde se constrói comportamentos e valores dentro de uma perspectiva integral para ampliar a visão sobre a instituição escolar. Ainda de acordo com esse texto, há um lugar específico para a temática do currículo no debate sobre a formulação de políticas de educação integral. O texto referido também aborda os questionamentos sobre os conteúdos escolares e suas diversas áreas de conhecimento, não deixando de considerar as diferentes bases epistemológicas. Todavia, apesar dessas pontuações o Texto Referência não traz um aprofundamento teórico.

No Caderno Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral apresenta como objetivo a orientação para uma proposta de educação integral utilizando as “Mandalas de Saberes” como método. Assim sendo, ele expõe a necessidade de se repensar na educação, demonstrando a importância do diálogo entre a escola e a comunidade. E com isso, o currículo é apontado como central nesse diálogo, sendo denominado como o instrumento que direcionará as práticas pedagógicas. Os questionamentos desse caderno recaem sobre as possibilidades de ampliação das trocas dos saberes distintos incluso no Projeto Político e Pedagógico.

O Novo Mais Educação não apresenta uma preocupação com os diferentes saberes. Uma das principais finalidades do novo programa é a alfabetização, é ampliar o letramento de modo a conseguir uma melhora no desempenho de português e matemática, descaracterizando a ideia de considerar o aluno como um ser integral.

### **Considerações Finais**

De acordo com os dados da nossa pesquisa, foi possível observar que o Programa Mais Educação, durante o tempo de vigência, era um canal de indução da educação integral de acordo com os textos que embasam os ideais de uma educação que consiste em considerar o estudante como um ser de múltiplas funções sociais. Nesse contexto, a pesquisa nos

possibilitou ratificar que a influência mais notória do programa foi na sociabilidade, fator importante para gerar o desejo pelo saber. Foram citadas melhorias no que se refere ao convívio dos alunos entre si e com os professores dentro da sala de aula. O programa também trouxe como influência, à maioria dos alunos, uma melhora na aprendizagem, na socialização, e nesse processo, modificou as vivências desses alunos, tanto no espaço escolar, como também nos outros campos que eles participavam, além de influenciar nas perspectivas futuras desses alunos. A evidência da cultura de paz trabalhada com os alunos, possibilitou afirmar, que houve momentos durante as atividades do Mais Educação para se pensar e dialogar sobre uma melhor forma de convivência. Assim, contribui para uma formação integral para além dos resultados. Nesse sentido, convém lembrar a importância de se considerar os diferentes saberes (CHARLOT, 2013). Assim sendo, a educação integral é apontada como o principal canal para o direito e respeito às diferenças.

Durante a pesquisa percebemos a importância das atividades de arte/ dança e futebol para os alunos participantes, e infelizmente o Novo Mais Educação contradiz o achado da pesquisa, ao limitar essas atividades e dando ênfase apenas as disciplinas do currículo formal. Entretanto, o Novo Mais Educação apresenta um direcionamento para a melhoria das disciplinas de português e matemática, abrindo mão da importância e da necessidade do reconhecimento dos diferentes saberes.

Por outro lado, ambos (os programas) não se tratam de uma escola de tempo integral, mas de atividades no contraturno que propiciam mudanças no gosto pelos estudos. Essas atividades foram desenvolvidas a partir do trabalho de monitores “voluntários” que, na verdade, é uma precarização do trabalho docente. Nesse sentido, concordamos com Brandão (2009) para que a escola de tempo integral caminhe para uma melhor qualidade de ensino, não será suficiente um recurso complementar para os estudantes. Há uma necessidade que os professores estejam lecionando em regime de dedicação exclusiva, com salários dignos e boas condições de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 20 de mar. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato\\_2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 20 de mar.2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.232, de 30 de abril de 2014. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamento o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm). Acesso em: 20 de mar.2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 6.253/2007. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em: 07 de fev.2017.

BRASIL. LEI n. 1.0172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF.

BRASIL. LEI n. 9.394, de 20 de dezembro e 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL.MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília-DF, 2014. Disponível em: [http://E:/Dissertação/manual\\_operacional\\_de\\_educacao\\_integral\\_2014](http://E:/Dissertação/manual_operacional_de_educacao_integral_2014).

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Novo Mais Educação. Brasília-DF, 2016. Disponível em [http:// portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao](http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao). Acesso em: 15 de out. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Acesso a educação e saúde. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/aceso-a-educacao-e-saude/aceso-a-educacao-e-saude>. Acesso em:20 de mar. 2016.

BRASIL. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. Gestão intersetorial no território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

BRASIL. REDE DE SABERES MAIS EDUCAÇÃO: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Senado Federal. Relatório nº 52/2015. Comissão de educação, Cultura e esporte. Avaliação de Políticas Públicas. Brasília, DF, dez. 2015. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121281>>. Acesso em: 21 de mar. 2017.

BROMENY, H. **Os intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. (Descobrimo o Brasil)

CADERNOS CENPEC. **Centro de Pesquisa e Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária**. N. 2 São Paulo: CENPEC, 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. Editora Cortez, 2013.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História (s) da educação integral. In: **Em aberto**. Brasília, v.22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECAD. **EDUCAÇÃO INTEGRAL: Texto referência para o debate nacional**. Brasília: Mec, Secad, 2009.

FELDFEBER, Myriam. **La Jornada Completa en la Ciudad de Buenos Aires. Un análisis de sus fundamentos históricos, debates actuales y nudos críticos a casi medio siglo de su implementación**. Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires Secretaría de Educación. Dirección de Investigación. 2003.

FUNDAJ (org.). Pesquisa de Avaliação de resultados da gestão e práticas pedagógicas do programa Mais Educação no território nacional relatório final. Recife, 2016.

GIOLO, Jaime. Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 95-105.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder, 1997.

MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. **Programa mais educação: Passo a passo**. Brasília. SEC/MEC, 2011.

OLIVEIRA, D.A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAAE**, V. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009.

PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015

REGO, Teresa; BRUNO, Lucia. Entrevista com Bernard Charlot: Desafios da educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, V. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

RODRIGUES, C. M. **A política para a educação básica e o contexto municipal: ruptura e continuidades**. In: CONGRESSO IBERO LUSO BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/trabalhos.html>. Acesso em: 09 e jul. 2016.

RODRIGUES, C.M; ALBUQUERQUE, R.F. O Programa Mais Educação: Uma percepção das práticas em escolas do Nordeste. In: **Questões sobre Educação e ensino**. (Org). CARVALHO, M.V.C.C; CARVALHÊDO, J.L.P. Teresina, EDUFPI, V. 4, 2016.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima; VIANA, L. R. ; FIGUEIREDO, M. N. L. . A abordagem do ciclo de políticas em questão. In: Ana Cristina Brito Arcoverde. (Org.). **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem?**. 1ed. Recife: UFPE, 2015, v. 1, p. 135-152.

## SOBRE OS AUTORES

### **Cibele Maria Lima Rodrigues**

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Professora no Programa em Rede de Ensino de Sociologia (PROFSOCIO) da Fundaj. Coordenadora do Centro de Estudos em Cultura, Identidade e Memória. E-mail: rodrigues.cibele@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-4310-4216>

### **Edinoan Padre da Silva**

Mestre em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). E-mail: edinoan@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0003-3403-7939>

### **Maurício Antunes Tavares**

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Pesquisador Titular no Centro de Estudos em Cultura, Identidade e Memória (CECIM/Fundaj). E-mail: mauricio.antunes@fundaj.gov.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7022-0402>

Recebido em: 31 de julho de 2018  
Aprovado em: 14 de junho de 2019  
Publicado em: 17 de setembro de 2019